

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 33.870.163/0001-84
 Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a aprovação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada - Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio e 26 de dezembro de 2018, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 33 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente. O valor provisionado em maio foi pago em 28 de junho de 2018 e o valor provisionado em dezembro será pago até 30 de dezembro de 2019.

Houve alienação por redução de capital nas empresas Maracá Holdings Ltda. e Japira Holdings S.A. em 31 de agosto de 2018 e na empresa Tempo Serviços Ltda. em 26 de outubro de 2018.

No exercício de 2018, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 1.830 milhões, correspondente a R\$ 8.764,71 por ação. Patrimônio Líquido de R\$ 23.388 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,8% sobre o Patrimônio Líquido.

Salvador, BA, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	2.875.043	3.232.363	422.997	493.246
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5	2	422.997	493.246
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	308.170	236.757	406.463	469.471
Aplicações no Mercado Aberto	48.051	91.393	219	10.526
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	260.119	145.364	16.315	13.249
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	280.173	328.155		
Carteira Própria	279	375	221.230	212.590
Vinculados à Prestação de Garantias	279.894	327.780	221.230	212.590
OUTROS CRÉDITOS	2.286.681	2.667.449	39.944	33.770
Rendas a Receber (Nota 7)	2.218.177	2.636.289	181.288	178.820
Diversos (Nota 8b)	68.651	31.197		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(147)	(37)		
OUTROS VALORES E BENS	14	-		
Despesas Antecipadas	14	-		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	830.564	946.507		
OUTROS CRÉDITOS	830.564	946.507	23.387.663	21.997.691
Diversos (Nota 8b)	830.690	946.592	11.763.997	11.176.393
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(126)	(75)	12.195.997	10.807.431
PERMANENTE	20.326.283	18.524.657	15.273	13.867
INVESTIMENTOS (Nota 9)	20.325.589	18.521.952		
Participações em Empresas e Controladas:				
- No País	20.316.899	18.513.044		
Outros Investimentos	32.083	36.565		
Provisões para Perdas	(23.393)	(27.657)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	694	2.705		
Bens Arrendados	3.533	13.284		
Depreciação Acumulada	(2.839)	(10.579)		
TOTAL	24.031.890	22.703.527	24.031.890	22.703.527

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.888	41.431	58.253
Operações de Créditos (Nota 7)	1.076	2.751	3.597
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	802	2.910	9.895
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8b)	19.010	36.670	44.961
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	976	2.172	68.931
Operações de Captações no Mercado (Nota 8a)	-	-	58.988
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	803	2.011	9.966
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	173	161	(23)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.912	39.259	(10.678)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	836.398	1.794.745	2.037.141
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(3.795)	(6.419)	(5.901)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(5.487)	(6.758)	(6.368)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	941.328	1.886.661	2.008.596
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	22.376	43.117	62.740
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(118.024)	(12.185)	(21.923)
RESULTADO OPERACIONAL	856.310	1.834.004	2.026.466
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	(128)	990	1.900
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	856.182	1.834.994	2.028.366
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 21a e b)	(7.233)	(5.465)	(51.646)
Provisão para Imposto de Renda	(2.607)	(4.254)	(6.910)
Provisão para Contribuição Social	(1.360)	(2.544)	(4.549)
Ativo Fiscal Diferido	(3.266)	1.533	(40.187)
LUCRO LÍQUIDO	848.949	1.829.529	1.976.720
Número de ações (Nota 13a)	208.738	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	4.067,06	8.764,71	9.469,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	856.182	1.834.994	2.028.366
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(933.096)	(1.875.694)	(1.991.128)
Provisão/(reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	173	161	(23)
Depreciações	9	11	33
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(941.328)	(1.886.661)	(2.008.596)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.764	5.354	3.521
Insuficiência de Depreciação	800	2.001	9.886
Outras Provisões	2.492	2.840	4.051
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.914)	(40.700)	372.338
Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(7.378)	(114.735)	(145.384)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.895	47.886	(31.226)
Redução/(Aumento) em Relações Interdependências	(2)	-	15
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	(40)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	99.449	79.123	(2.681)
Aumento/(Redução) em Depósitos	-	-	(601.256)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.187)	(9.223)	(43.793)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(844)	(3.326)	(8.679)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	20.019	(46.977)	(795.808)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	-	19
Alienação de Investimentos	63.305	63.305	-
Aumento de Capital em Coligada em Espécie	(1.734)	(1.734)	-
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	417.066	439.808	1.729.287
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	478.637	501.179	1.729.287
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(469.471)	(497.521)	(1.000.000)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(469.471)	(497.521)	(1.000.000)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	29.185	(43.219)	(66.521)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	18.871	91.375	157.896
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	48.056	48.056	91.375
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	29.185	(43.219)	(66.521)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, arrendamento mercantil e participações em outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

	Capital				Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação		Lucros	
	Social	Legal	Estatutária	Patrimonial	Acumulados	Totais	Acumulados	Totais	Acumulados	Totais
Eventos										
Saldos em 30.6.2018	11.176.393	1.345.281	10.204.892	(20.640)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	35.913	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	848.949	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	42.448	603.376	-	(645.824)	-	-	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-
- Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2018	11.176.393	1.387.729	10.808.268	15.273	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	11.176.393	1.197.416	8.504.963	(23.084)	-	-	-	-	-	-
Dividendos Pagos	-	-	(402.197)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	36.951	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.976.720	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	98.836	1.408.413	-	(1.507.249)	-	-	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2017	11.176.393	1.296.252	9.511.179	13.867	-	-	-	-		

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação da riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Table with 2 columns: Período de atraso (1) and Classificação do cliente. Rows include: de 15 a 30 dias (B), de 31 a 60 dias (C), de 61 a 90 dias (D), de 91 a 120 dias (E), de 121 a 150 dias (F), de 151 a 180 dias (G), superior a 180 dias (H).

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrued) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade das operações e características das garantias.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
Registradas pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Créditos por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Rendas em arrendamentos
Os registros apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência/insuficiência de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos Itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7).

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos
Table with 5 columns: 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor de mercado/contábil (1). Rows include: Títulos para negociação (2), Letras financeiras do tesouro, Títulos disponíveis para venda (3), Ações, Total em 2018, Total em 2017.

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Table with 4 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Títulos de renda fixa, Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, Total.

c) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

7) OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Composição de outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
Table with 7 columns: Curso (Normal, Anormal, Total, %), Provisão requerida (Genérica, Específica), 2018, 2017, Percentual mínimo requerido. Rows include: AA, A, B, C, Subtotal.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Para as contribuições previstas para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Depósitos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.829/08 do CMN, de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sob as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de ativo é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das apês, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

m) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Table with 2 columns: Em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Disponibilidades em moeda nacional, Total de disponibilidades (caixa), Aplicações interfinanceiras de liquidez (1), Total de caixa e equivalentes de caixa.

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Vencimentos
Table with 5 columns: 1 a 30 dias, 181 a 360 dias, 2018, 2017, Total. Rows include: Aplicações no mercado aberto: Posição bancada, Dívidas do tesouro nacional, Aplicações em depósitos interfinanceiros, Total em 2018, Total em 2017.

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações comprometidas:
Table with 2 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Posição bancada, Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros, Total (Nota 6b).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
Table with 7 columns: 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor de mercado/contábil (1), 2018, 2017. Rows include: Títulos para negociação (2), Letras financeiras do tesouro, Títulos disponíveis para venda (3), Ações, Total em 2018, Total em 2017.

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Table with 4 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Títulos de renda fixa, Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, Total.

c) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

7) OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Composição de outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
Table with 7 columns: Curso (Normal, Anormal, Total, %), Provisão requerida (Genérica, Específica), 2018, 2017, Percentual mínimo requerido. Rows include: AA, A, B, C, Subtotal.

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Table with 4 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Títulos de renda fixa, Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, Total.

c) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

7) OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Composição de outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
Table with 7 columns: Curso (Normal, Anormal, Total, %), Provisão requerida (Genérica, Específica), 2018, 2017, Percentual mínimo requerido. Rows include: AA, A, B, C, Subtotal.

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários
Table with 4 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil, 2018, 2017. Rows include: Títulos de renda fixa, Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b), Títulos de renda variável, Total.

c) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

7) OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Composição de outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
Table with 7 columns: Curso (Normal, Anormal, Total, %), Provisão requerida (Genérica, Específica), 2018, 2017, Percentual mínimo requerido. Rows include: AA, A, B, C, Subtotal.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo Inicial	112	135
Provisão (Reversão) de provisão	161	(23)
Saldo final	273	112
- Provisão específica (1)	273	112

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

e) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento a opção de compra.

f) Resultado de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.751	3.597
Arrendamento mercantil	(1)	(271)
Total	2.750	3.326

A Instituição não teve operações negociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Referem-se, a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 2.218.177 mil (2017 - R\$ 2.636.289 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Devedores por depósitos em garantia	415.109
Pagamentos a ressarcir	211.795
Impostos e contribuições a compensar	134.234
Créditos tributários (Nota 22c)	129.051
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7a)	9.116
Devedores diversos	36
Total	899.341

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital (%)	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial					
	2018	2017				2018	2017				
	Capital social	Patrimônio líquido				Ações	Cotas	Valor contábil	Resultado de equivalência patrimonial		
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	10.463.487	18.679.200	-	865.077.202	100,000000	1.812.628	18.679.200	16.869.504	1.812.628	1.879.389	
Castil Holdings Ltda. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.928	
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	274.550	389.180	-	274.550	100,000000	15.326	389.180	374.295	15.326	22.507	
Miramar Holdings S.A.	167.000	331.746	41.998	-	100,000000	25.498	331.746	306.490	25.498	26.516	
Baneb Corretora de Seguros S.A.	6.500	12.650	766	-	100,000000	445	12.650	12.311	445	831	
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	700	1.456	-	555	99,999820	26	1.456	1.281	26	49	
Aicard Holdings Ltda.	135	206	-	127	93,948954	4	193	190	4	9	
Serel Participações em Imóveis S.A.	550.000	2.253.563	5.470	-	37,878799	80.856	853.623	823.192	30.629	44.663	
Marseille Holdings Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	55.474	1.276	3.722	
Embauba Holdings Ltda.	328.000	610.620	-	11.023	3,381292	24.327	20.647	19.849	823	4.389	
Manacás Holdings Ltda.	28.652	38.779	-	11.107	38,794987	632	15.032	14.787	245	563	
Tempo Serviços Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	12.237	499	1.258	
Tecnologia Bancária S.A.	465.333	474.587	104.390	-	2,779973	(28.871)	13.193	12.430	(970)	1.167	
Japira Holdings S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	9.800	232	603	
Outras empresas	-	-	-	-	-	-	-	18	1.204	6	
Total de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	20.316.899	18.513.044	1.886.661	2.008.596

(1) Em 24.2.2017 a Instituição foi incorporada pela Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.;
(2) Participação alienada por redução de capital das empresas: Japira Holdings Ltda. em 31.8.2018 e Tempo Serviços Ltda. em 26.10.2018; e
(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Investimentos por incentivos fiscais	9.839
Ações e cotas	100
Outros investimentos	22.068
Títulos patrimoniais	76
Subtotal	32.063
Provisão para perdas	(23.393)
Total	8.690

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Imobilização de arrendamento:	
Veículos e frotas	-
Perdas em arrendamentos (liquídadas)	3.533
Subtotal de bens arrendados	3.533
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.533)
Superveniência de depreciação	2.694
Subtotal da depreciação acumulada	(2.839)
Total Imobilizado de arrendamento	694

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como passivos prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similitude com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Processos trabalhistas

São pleitos de indenização por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perdas desde depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

2 - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similitude com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

3 - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 71.169 mil (2017 - R\$ 99.817 mil): prefeita deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias.

4 - Movimentação das provisões

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Alvorada são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.745	23.570	139.929
Atualização monetária	63	1.462	6.078
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.462)	(187)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 12)	346	24.845	146.007

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

a) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que o Banco Alvorada figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no montante de R\$ 976.864 mil (2017 - R\$ 990.572 mil); b) Autuação de CSLL, anos calendário 2011 e 2012, relativo a suposta ausência de adição à base de cálculo da despesa de multiciência de depreciação no montante de R\$ 453.392 mil (2017 - R\$ 492.936 mil); c) Autuação de IRPJ, anos calendário 2011 e 2012, relativo a glosa de compensações de parte do prejuízo fiscal de 2009, em razão da glosa (em outro processo) da exclusão das receitas de superveniência de depreciação R\$ 262.844 mil (2017 - R\$ 251.387 mil); e d) Autuação relativa ao IRPJ dos anos calendários de 2008 e 2009 sobre a supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas, no montante de R\$ 329.414 mil (2017 - R\$ 231.684 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	39.944
Impostos e contribuições a recolher	219
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	245
Total	40.163

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Provisões para contingências fiscais (Nota 11b)	146.007
Provisões civis (Nota 11b)	24.845
Outras provisões	11.516
Obrigações por aquisição de bens e direitos	7.590
Créditos diversos - passivos	6.169
Créditos por antecipação de valor residual (Nota 7e-f)	694
Provisões trabalhistas (Nota 11c)	346
Provisão para pagamentos a efetuar	434
Total	197.601

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2017 - R\$ 11.176.393 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 (2017 - 208.738) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2018
Reservas de lucros	12.195.997
- Reserva legal (1)	1.387.729
- Reserva estatutária (2)	10.808.268

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital líquido, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	2018	R\$ mil
Lucro líquido do exercício	1.829.529	1.976.720
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(91.477)	(98.836)
Base de cálculo ajustada	1.738.052	1.877.884
Dividendos propostos	357.963	469.471
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (1) (2)	43.000	-
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(6.450)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	434.513	469.471
Porcentual em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em Real por ação	2.061,62	2.249,09

(1) Conforme Ata da Reunião de Diretoria realizada em 30 de maio de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 33.000 mil, pago em 28 de junho de 2018.

(2) Conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 10.000 mil, que será pago até 30 de dezembro de 2019.

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Serviços técnicos especializados	5.327	4.542
Propaganda, promoções e publicidade	589	586
Serviços do sistema financeiro	67	77
Serviços de terceiros	17	35
Transporte	2	2
Outras	417	659
Total	6.419	5.901

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	3.184	362
Contribuição à Collins	2.203	1.231
Contribuição ao PIS	658	3.794
Impostos e taxas (1)	1.013	951
Total	6.758	6.368

(1) Para 2018 inclui-se R\$ 860 mil à adesão ao PPI RJ (Programa de Parcelamento Incentivado) - Concilia Rio.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows include Outras receitas financeiras, Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos a receber, Reversão de provisões operacionais, and Total.

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows include Outras provisões operacionais (1), Provisões fiscais, Provisões civis, Outras despesas financeiras, Despesas gerais, and Total.

(1) No 2º semestre de 2018 foi realizada provisão para perdas de valores a receber no montante de R\$ 104.179 mil.

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Row: Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 3.750/99 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Table with 5 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017, Coligadas e Controladas, Controlador. Rows include Ativos (Aplicações em depósitos interfinanceiros, Aplicações em depósitos bancários, Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber) and Passivos (Juros sobre o capital próprio/dividendos a pagar).

20) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Banab S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e de benefício definido, aos ex-empregados do Banab, por meio da Fundação Banab de Seguridade Social - Bases. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente de avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

Table with 5 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017, Coligadas e Controladas, Controlador. Rows include Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e Uma verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Table with 5 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017, Coligadas e Controladas, Controlador. Rows include Fatores de riscos (Taxa nominal de desconto, Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos, Taxa nominal de crescimento salarial futuro, Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos, Taxa de inflação, Tábua biométrica da mortalidade geral, Tábua biométrica de entrada em invalidez, Taxa de rotatividade esperada, Probabilidade de ingresso em aposentadoria).

Considerando as premissas acima, de acordo com a CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Benefícios de aposentadoria.

(i) Obrigações com benefícios projetados:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: No início do exercício, Custo do serviço corrente, Custo de juros, Contribuição do participante, Ganho/(perda) atuarial, Benefícios pagos, No encerramento do exercício.

(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: No início do exercício, Rendimento esperado, Ganho/(perda) atuarial, Contribuições recebidas, Empregador, Empregados, Benefícios pagos, No encerramento do exercício.

(iii) Mudanças no superávit irrecurável:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: No início do exercício, Juros sobre o superávit irrecurável, Mudança no superávit irrecurável, No encerramento do exercício.

(iv) Posição financeira:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Planos de beneficiários, Saldo líquido.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Obrigações com benefícios projetados, Custo do serviço, Custo de juros sobre obrigações atuariais, Rendimento esperado dos ativos do plano, Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão.

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

Table with 2 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Duração média ponderada (em anos), 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, Após 2023.

Em 2019 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 809 mil. A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio e longo prazo dos gestores dos ativos e - Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

Table with 3 columns: Ativos do Plano do Alvorada, 2018, 2017. Rows: Categorias de ativo: Renda variável, Renda fixa, Imóveis, Total.

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (8,5% - 10,0% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Table with 5 columns: Taxa, Taxa de desconto, Análise de sensibilidade, Efeito no passivo atuarial, Efeito no valor presente das obrigações. Rows: Taxa de desconto, Taxa de desconto.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Encargo total do imposto de renda e contribuição social, Efeito no cálculo dos tributos.

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Participações em coligadas e controladas, Juros sobre capital próprio, Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis, Imposto de renda e contribuição social do exercício.

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social; e (2) Inclui, basicamente: (i) a diferença entre alíquota da contribuição social corrente e a deferida; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017. Rows: Impostos correntes, Imposto de renda e contribuição social devidos, Impostos diferidos, Total dos impostos diferidos, Total do imposto de renda e contribuição social do exercício.

Table with 5 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017, Saldo em 31.12.2017, Constituição, Realização/baixa, Saldo em 31.12.2018. Rows: Provisão sobre valores a ressarcir, Provisões fiscais, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão para desvalorização de títulos e investimentos, Provisões civis, Provisões trabalhistas, Outros valores, Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda, Total dos créditos tributários (Nota 8b) (1), Obrigações fiscais diferidas (Notas 18 e 21e), Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3g).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Table with 5 columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2018, 2017, Diferenças temporárias de imposto de renda, Contribuição social, Total. Rows: 2019, 2020, 2021, 2022, Total.

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 117.952 mil (2017 - R\$ 118.597 mil).

(e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 39.944 mil (2017 - R\$ 33.770 mil) relativas a Superávit de depreciação contábil, bem como suas interpretações e orientações, os custos de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 5 mil (2017 - R\$ 3 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 39.765 mil (2017 - R\$ 33.093 mil).

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão seguros por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

6) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização. O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis. Bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeriam ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5 S - BA

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-64

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.
Salvador - Bahia**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 18 de março de 2019

KPMG
Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F-SPAndré Dala Pola
Contador CRC 15P214007/O-2**BRASIL****Pastor Silas Malafaia critica Eduardo Bolsonaro pelo Twitter**

IMIGRAÇÃO Apoiador do governo Jair Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia publicou no Twitter críticas ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente. Ele fez menção à fala de Eduardo sobre brasileiros em situação ilegal nos Estados Unidos. Para Eduardo, essas pessoas são "uma vergonha" para o país.

"O filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, ajudaria muito mais ao governo do seu pai parando de falar asneira", escreveu o pastor, antontem. "Poderia ter ficado de boca fechada na questão dos imigrantes ilegais brasileiros. Não conhece a realidade da questão. A maioria, quase que absoluta, vai para trabalhar", disse.

O pastor disse não ter vergonha dos imigrantes em situação ilegal e afirmou que, na maioria dos casos, eles tentam fugir do desemprego. Eduardo Bolsonaro res-

pondeu, também no Twitter. "Se o senhor parasse de se informar pela extrema imprensa também ajudaria", escreveu. "Mas se entendendo, também ficaria bravo se alguém generalizasse os brasileiros no exterior", concluiu.



👉 **O filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, ajudaria muito mais ao governo do seu pai parando de falar asneira Silas Malafaia**

No Twitter

DODGE PEDE DADOS À CAIXA SOBRE ACORDO

LAVA JATO A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu, ontem, que a Caixa Econômica Federal apresente informações sobre os valores depositados pela Petrobras em decorrência de acordo firmado com a força-tarefa da Lava Jato, agora suspenso por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que viu um "ilegal desvirtuamento" na execução do acordo.

De acordo com a PGR, a instituição bancária deve prestar informações sobre

a gestão financeira dos recursos, como montante original, rendimentos, taxas incidentes e remuneração.

Segundo Dodge, é necessário adequar a remuneração do valor depositado para preservar a paridade cambial com o valor negociado entre a Petrobras e a Justiça nos EUA, que resultou no acordo entre a Lava Jato e a Petrobras. Ele previa criação de um fundo que seria abastecido por parte dos R\$ 2,5 bilhões recuperados nas negociações com os EUA.

Palocci diz que Lula e Sarkozy acertaram propina em 2009

ZELOS O ex-ministro Antônio Palocci, que comandou a Fazenda e a Casa Civil em governos do PT, narrou em depoimento à Justiça Federal, em Brasília, uma reunião entre os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy, da França, em que teria sido negociado o pagamento de propina para a compra de helicópteros e a construção de submarinos nucleares pelo Brasil.

O ex-ministro prestou depoimento ontem de manhã, via teleconferência da Justiça Federal em São Paulo. A oitiva se deu no âmbito da ação penal da Operação Zelotes, em que Lula é réu por suposto tráfico de influência na compra dos caças suecos da marca Gripen e na edição da MP 627.

A reunião, disse Palocci, foi realizada em 7 de setembro de 2009 e teve como objetivo selar a aquisição dos

equipamentos para as Forças Armadas brasileiras.

Na versão do ex-ministro, o acordo também englobaria a compra de caças pelo Brasil, mas o acordo não vingou. Anos depois, o governo brasileiro adquiriu os aviões da sueca Saab.

Palocci disse que, em seu acordo de colaboração com a Polícia Federal e Ministério Público, abordou detalhes sobre a compra dos submarinos e helicópteros, mas não tem informações sobre a aquisição dos caças suecos.

Segundo ele, na reunião realizada em 2009 foi feito um "acordo do conjunto da

compra" e teriam sido discutidos "ilícitos". Parte do dinheiro relacionado às negociações, explicou Palocci, teria sido destinada ao PT.

A construção dos submarinos já havia sido citada no acordo de colaboração de executivos da Odebrecht, parceira de uma empresa francesa no projeto.

Palocci também disse que presenciou o ex-presidente Lula pedindo que a ex-presidente Dilma Rousseff favorecesse empresas de parceiros dele. Segundo ele, Dilma "nem sempre" tinha conhecimento de que os pedidos de Lula envolviam propina.

A defesa de Lula disse que o depoimento de Palocci "só serviu para deixar ainda mais claro que ele negociou generosos benefícios com autoridades em troca de múltiplas e esfarrapadas acusações contra o ex-presidente Lula".

👉 **Sobre os submarinos e os helicópteros, eu conheço várias situações ilícitas. Diversas situações que envolvem ilícitos Antônio Palocci**

Ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil

DECRETO FEDERAL APLICA FICHA LIMPA PARA CARGOS DE CONFIANÇA

LEGISLAÇÃO O presidente Jair Bolsonaro editou o Decreto 9.727/2019, que estabelece os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Comissionadas do Poder Executivo na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

As novas regras pretendem dar uma "blindagem técnica" às indicações para os chamados cargos ou fun-

ções de confiança. Os critérios valem apenas para nomeações e designações que forem definidas após a entrada em vigor do decreto, em 15 de maio deste ano.

Segundo o decreto, são

15

de maio é a data prevista para o decreto entrar em vigor

critérios gerais para ocupação dos cargos: "Idoneidade moral e reputação ilibada; perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado; e não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64/1990", como analfabetos, parlamentares punidos por falta de decoro ou pessoas condenadas em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.



BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio e 26 de dezembro de 2018, foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, de R\$ 33 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente. O valor provisionado em maio foi pago em 28 de junho de 2018 e o valor provisionado em dezembro será pago até 30 de dezembro de 2019.

Houve alienação por redução de capital nas empresas Marselha Holdings Ltda. e Japira Holdings S.A. em 31 de agosto de 2018 e na empresa Tempo Serviços Ltda. em 26 de outubro de 2018.

No exercício de 2018, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 1.830 milhões, correspondente a R\$ 8.764,71 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 23.388 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,8% sobre o Patrimônio Líquido.

Salvador, BA, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE	2.875.043	3.232.363	CIRCULANTE	422.997	493.246
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	422.997	493.246
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	308.170	236.757	Sociais e Estatutárias	406.463	469.471
Aplicações no Mercado Aberto	48.051	91.373	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	219	10.526
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	260.119	145.384	Diversas (Nota 12b)	16.315	13.249
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	280.173	328.155	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	221.230	212.590
Carteira Própria	279	375	OUTRAS OBRIGAÇÕES	221.230	212.590
Vinculados à Prestação de Garantias	279.894	327.780	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	39.944	33.770
OUTROS CRÉDITOS	2.286.681	2.667.449	Diversas (Nota 12b)	181.286	178.820
Rendas a Receber (Nota 8a)	2.218.177	2.636.289	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.387.663	21.997.691
Diversos (Nota 8b)	68.651	31.197	Capital:		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(147)	(37)	- De Domiciliados no País (Nota 13a)	11.176.393	11.176.393
OUTROS VALORES E BENS	14	-	Reservas de Lucros (Nota 13b)	12.195.997	10.807.431
Despesas Antecipadas	14	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.273	13.867
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	830.564	946.507	TOTAL	24.031.890	22.703.527
OUTROS CRÉDITOS	830.564	946.507			
Diversos (Nota 8b)	830.690	946.582			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(126)	(75)			
PERMANENTE	20.326.283	18.524.657			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	20.325.589	18.521.952			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	20.316.899	18.513.044			
Outros Investimentos	32.083	36.565			
Provisões para Perdas	(23.393)	(27.657)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	694	2.705			
Bens Arrendados	3.533	13.284			
Depreciação Acumulada	(2.839)	(10.579)			
TOTAL	24.031.890	22.703.527	TOTAL	24.031.890	22.703.527

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º Semestre 2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.888	41.431	58.253
Operações de Créditos (Nota 7f)	1.076	2.751	3.597
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	802	2.010	9.695
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	19.010	36.670	44.961
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	976	2.172	68.931
Operações de Captações no Mercado (Nota 19a)	-	-	58.988
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7)	803	2.011	9.966
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	173	161	(23)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.912	39.259	(10.678)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	836.398	1.794.745	2.037.144
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(3.795)	(6.419)	(5.901)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(5.487)	(6.758)	(6.368)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	941.328	1.886.661	2.008.596
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	22.376	43.117	62.740
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(118.024)	(121.856)	(21.923)
RESULTADO OPERACIONAL	856.310	1.834.004	2.026.466
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	(128)	990	1.900
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	856.182	1.834.994	2.028.366
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 21a e b)	(7.233)	(5.465)	(51.646)
Provisão para Imposto de Renda	(2.607)	(4.254)	(6.910)
Provisão para Contribuição Social	(1.360)	(2.544)	(4.549)
Ativo Fiscal Diferido	(3.266)	1.333	(40.187)
LUCRO LÍQUIDO	848.949	1.829.529	1.976.720
Número de ações (Nota 13a)	208.738	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	4.067,06	8.764,71	9.469,86

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Social	Legal	Legal	Estatutária			
Saldos em 30.6.2018	11.176.393	1.345.281	10.204.892	(20.640)	-	22.705.926	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	35.913	-	35.913	
Lucro Líquido	-	-	-	-	848.949	848.949	
Destinações: - Reservas	-	42.448	603.376	-	(645.824)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	
Provisionados	-	-	-	-	-	-	
- Dividendos	-	-	-	-	(193.125)	(193.125)	
Propostos	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31.12.2018	11.176.393	1.387.729	10.808.268	15.273	-	23.387.663	
Saldos em 31.12.2016	11.176.393	1.197.416	8.504.963	(23.084)	-	20.855.688	
Dividendos Pagos	-	-	(402.197)	-	-	(402.197)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	36.951	-	36.951	
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.976.720	1.976.720	
Destinações: - Reservas	-	98.836	1.408.413	-	(1.507.249)	-	
- Dividendos	-	-	-	-	(469.471)	(469.471)	
Propostos	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31.12.2017	11.176.393	1.296.252	9.511.179	13.867	-	21.997.691	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.406	-	1.406	
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.829.529	1.829.529	
Destinações: - Reservas	-	91.477	1.297.089	-	(1.388.566)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(43.000)	(43.000)	
Pagos/ Provisionados	-	-	-	-	-	-	
- Dividendos	-	-	-	-	(397.963)	(397.963)	
Propostos	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31.12.2018	11.176.393	1.387.729	10.808.268	15.273	-	23.387.663	

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.



...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	856.182	1.834.994
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(933.096)	(1.875.694)
Provisão/(reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	173	161
Depreciações	3	11
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(941.328)	(1.886.661)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.764	5.954
Insuficiência de Depreciação	800	2.001
Outras Provisões	2.492	2.840
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76.914)	(40.700)
Redução/(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(7.378)	(114.735)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	6.895	47.886
Redução/(Aumento) em Relações Interdependências.....	(2)	-
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....	-	(40)
Redução/(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	99.449	79.123
Aumento/(Redução) em Depósitos	-	(601.258)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.187)	(9.223)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(844)	(9.328)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	20.019	(46.977)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	19
Alienação de Investimentos	63.305	63.305
Aumento de Capital em Coligada em Espécie	(1.734)	(1.734)
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas.....	417.066	439.608
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos.....	478.637	501.179
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(469.471)	(497.521)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	(469.471)	(497.521)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29.185	(43.319)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	18.871	91.375
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período.....	48.056	48.056
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29.185	(43.319)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, arrendamento mercantil e participações em outras sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de janeiro de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco Alvorada.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias.....	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias.....	E
de 121 a 150 dias.....	F
de 151 a 180 dias.....	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7f).

V - Superveniência/insuficiência de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7f).

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

continua...



...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	2018					2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2)	-	17.320	-	262.574	279.894	279.881	13	327.780	(6)	
Letras financeiras do tesouro	-	17.320	-	262.574	279.894	279.881	13	327.780	(6)	
Títulos disponíveis para venda (3)	279	-	-	-	279	296	(17)	375	(79)	
Ações	279	-	-	-	279	296	(17)	375	(79)	
Total em 2018	279	17.320	-	262.574	280.173	280.177	(4)	328.155	(85)	
Total em 2017	375	75.066	48.701	204.013						

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Títulos de renda fixa	17.953	30.329
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	18.711	14.757
Títulos de renda variável	6	(125)
Total	36.670	44.961

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

7) OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Composição de outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso		Total	%	Provisão requerida		2018	2017	
	Normal	Anormal			Genérica	Específica			
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5
B	-	-	-	-	-	-	-	112	1,0
C	-	9.116	9.116	100,0	-	273	273	112	3,0
Subtotal	-	9.116	9.116	100,0	-	273	273	112	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	10,0
E	-	-	-	-	-	-	-	-	30,0
F	-	-	-	-	-	-	-	-	50,0
G	-	-	-	-	-	-	-	-	70,0
H	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2018	-	9.116	9.116	100,0	-	273	273	112	-
%	-	100,0	-	-	-	100,0	-	-	-
Total em 2017	-	11.232	11.232	100,0	-	112	112	112	-
%	-	100,0	-	-	-	100,0	-	100,0	-

b) Concentração de outros créditos

Maior devedor	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018	% (1)	2017	% (1)
	9.116	100,0	11.232	100,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2018	%	2017	%
Serviços	9.116	100,0	11.232	100,0
Total	9.116	100,0	11.232	100,0

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	5	2
Total de disponibilidades (caixa)	5	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	48.051	91.373
Total de caixa e equivalentes de caixa	48.056	91.375

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	2018	2017
Aplicações no mercado aberto:				
Posição bancada	48.051	-	48.051	91.373
Letras do tesouro nacional	48.051	-	48.051	91.373
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	260.119	260.119	145.384
Total em 2018	48.051	260.119	308.170	
Total em 2017	91.373	145.384		236.757

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	15.306	9.672
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.405	5.085
Total (Nota 6b)	18.711	14.757

Títulos	2018					2017				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação (2)	-	17.320	-	262.574	279.894	279.881	13	327.780	(6)	
Letras financeiras do tesouro	-	17.320	-	262.574	279.894	279.881	13	327.780	(6)	
Títulos disponíveis para venda (3)	279	-	-	-	279	296	(17)	375	(79)	
Ações	279	-	-	-	279	296	(17)	375	(79)	
Total em 2018	279	17.320	-	262.574	280.173	280.177	(4)	328.155	(85)	
Total em 2017	375	75.066	48.701	204.013						

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Saldo inicial	112	135
Provisão/(Reversão) de provisão	161	(23)
Saldo final	273	112
- Provisão específica (1)	273	112

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

e) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra.

I - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	3.533	13.165
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(2.839)	(10.630)
Depreciações acumuladas	(3.533)	(13.154)
Superveniência de depreciação	694	2.694
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 12b)	(694)	(2.705)
Total do valor presente	-	-

f) Resultado de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.751	3.597
Arrendamento mercantil	(1)	(271)
Total	2.750	3.326

A Instituição não teve operações renegociadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se, a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 2.218.177 mil (2017 - R\$ 2.636.289 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia	415.109	397.455
Pagamentos a ressarcir	211.795	207.556
Impostos e contribuições a compensar	134.234	129.665
Créditos tributários (Nota 22c)	129.051	127.676
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7a)	9.116	11.232
Devedores diversos	36	104.195
Total	899.341	977.779

continua...

...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**9) INVESTIMENTOS**

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%) (3)	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2018	2017	2018	2017
Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.	10.463.487	18.679.200	-	865.077.202	100,000000	1.812.628	18.679.200	16.869.504	1.812.628	1.879.389
Caeté Holdings Ltda. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.928
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	274.550	389.160	-	274.550	100,000000	15.326	389.160	374.295	15.326	22.507
Miramar Holdings S.A.	167.000	331.746	41.998	-	100,000000	25.498	331.746	306.490	25.498	26.518
Baneb Corretora de Seguros S.A.	6.500	12.650	766	-	100,000000	445	12.650	12.311	445	831
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	700	1.436	-	555	99,999820	26	1.436	1.281	26	49
Aicaré Holdings Ltda.	135	206	-	127	93,948934	4	193	190	4	9
Serel Participações em Imóveis S.A.	550.000	2.253.563	5.470	-	37,878799	80.856	853.623	823.192	30.629	44.663
Marselha Holdings Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	55.474	1.276	3.722
Embaúba Holdings Ltda.	326.000	610.620	-	11.023	3,381292	24.327	20.647	19.849	823	4.389
Manacás Holdings Ltda.	28.652	38.779	-	11.107	38,764987	632	15.032	14.787	245	563
Tempo Serviços Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	12.237	499	1.258
Tecnologia Bancária S.A.	465.333	474.587	104.390	-	2,779973	(28.871)	13.193	12.430	(970)	1.167
Japira Holdings S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	9.800	232	603
Outras empresas	-	-	-	-	-	-	18	1.204	-	-
Total de Investimentos							20.316.899	18.513.044	1.886.661	2.008.596

(1) Em 24.2.2017 a Instituição foi incorporada pela Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda.;

(2) Participação alienada por redução de capital das empresas: Japira Holdings S.A. e Marselha Holdings Ltda. em 31.8.2018 e Tempo Serviços Ltda. em 26.10.2018; e

(3) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Investimentos por incentivos fiscais	9.839	14.321
Ações e cotas	100	100
Outros investimentos	22.068	22.068
Títulos patrimoniais	76	76
Subtotal	32.083	36.565
Provisão para perdas	(23.393)	(27.657)
Total	8.690	8.908

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Imobilizado de arrendamento:		
Veículos e afins	3.533	13.273
Perdas em arrendamentos (líquidas)	-	11
Subtotal de bens arrendados	3.533	13.284
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.533)	(13.273)
Superveniência de depreciação (Nota 3f-V)	694	2.694
Subtotal da depreciação acumulada	(2.839)	(10.579)
Total Imobilizado de arrendamento	694	2.705

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 71.169 mil (2017 - R\$ 69.847 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco Alvorada são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.745	23.570	139.929
Atualização monetária	63	1.462	6.078
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.462)	(187)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 12)	346	24.845	146.007

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que o Banco Alvorada figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de

acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no montante de R\$ 976.864 mil (2017 - R\$ 890.572 mil); b) Autuação de CSLL, anos calendário 2011 e 2012, relativo a suposta ausência de adição à base de cálculo da despesa de insuficiência de depreciação no montante de R\$ 483.302 mil (2017 - R\$ 462.036 mil); c) Autuação de IRPJ, anos calendário 2011 e 2012, relativo a glosa de compensações de parte do prejuízo fiscal de 2009, em razão da glosa (em outro processo) da exclusão das receitas de superveniência de depreciação R\$ 262.844 mil (2017 - R\$ 251.387 mil); e d) Autuação relativa ao IRPJ dos anos calendários de 2008 e 2009 sobre a supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação, de despesas e receitas operacionais relacionadas, no montante de R\$ 329.414 mil (2017 - R\$ 231.684 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	39.944	33.770
Impostos e contribuições a recolher	219	5.388
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	-	5.138
Total	40.163	44.296

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões para contingências fiscais (Nota 11b)	146.007	139.929
Provisões cíveis (Nota 11b)	24.845	23.570
Outras provisões	11.516	10.068
Obrigações por aquisição de bens e direitos	7.590	7.255
Credores diversos - país	6.169	6.429
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7e-I)	694	2.705
Provisões trabalhistas (Nota 11b)	346	1.745
Provisão para pagamentos a efetuar	434	368
Total	197.601	192.069

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2017 - R\$ 11.176.393 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 (2017 - 208.738) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2018	2017
Reservas de lucros	12.195.997	10.807.431
- Reserva legal (1)	1.387.729	1.296.252
- Reserva estatutária (2)	10.808.268	9.511.179

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.829.529	1.976.720
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(91.477)	(98.836)
Base de cálculo ajustada	1.738.052	1.877.884
Dividendos propostos	397.963	469.471
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (1) (2)	43.000	-
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(6.450)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	434.513	469.471
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em Reais por ação	2.081,62	2.249,09

(1) Conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de maio de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 33.000 mil, pago em 28 de junho de 2018.

(2) Conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 26 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 10.000 mil, que será pago até 30 de dezembro de 2019.

continua...



...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Serviços técnicos especializados, Propaganda, etc.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Contribuição à Cofins, etc.

(1) Para 2018 inclui-se R\$ 860 mil à adesão ao PPI RJ (Programa de Parcelamento Incentivado) - Concilia Rio.

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Outras receitas financeiras, Dividendos e juros sobre o capital próprio, etc.

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Outras provisões operacionais, Provisões fiscais, etc.

(1) No 2º semestre de 2018 foi realizada provisão para perdas de valores a receber no montante de R\$ 104.179 mil.

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 3.750/99 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores.

Table with 4 columns: Descrição, Controlador 2018, Controlador 2017, Coligadas e Controladas 2018, Coligadas e Controladas 2017. Rows include Ativos (Aplicações no mercado aberto, etc.) and Passivos (Juros sobre o capital próprio, etc.).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

20) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e de benefício definido, aos ex-empregados do Baneb, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Bases. As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente da avaliação atuarial do plano, com base no CPC 33 (R1).

Table with 3 columns: Fatores de risco, 2018, 2017. Rows include Taxa nominal de desconto, Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos, Taxa nominal de crescimento salariais futuros, etc.

Considerando as premissas acima, de acordo com a CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include (i) Obrigações com benefícios projetados, (ii) Ativos no plano pelo valor de mercado, (iii) Mudanças no superávit irrecuperável, (iv) Posição financiada.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Obrigações com benefícios projetados, Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão.

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

Table with 3 columns: Descrição, Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ mil (2018), Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ mil (2017). Rows include Duração média ponderada (em anos) for years 2019-2023 and after 2023.

Em 2019 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 809 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte: - Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e - Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

Table with 3 columns: Descrição, Ativos do Plano do Alvorada 2018, Ativos do Plano do Alvorada 2017. Rows include Renda variável, Renda fixa, Imóveis, Outros.

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (8,5% - 10,0% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Table with 5 columns: Taxa, Taxa de desconto, Análise de sensibilidade, Efeito no passivo atuarial, Efeito no valor presente das obrigações. Rows include Taxa de desconto 10,05% - 10,23% and 8,05% - 8,23%.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Encargo total do imposto de renda e contribuição social, Efeito no cálculo dos tributos.

(1) Aliquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social; e (2) Inclui, basicamente: (i) a diferença entre alíquota da contribuição social corrente e a diferida; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: Descrição, Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2018), Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil (2017). Rows include Impostos correntes, Imposto de renda e contribuição social devidos, Impostos diferidos, Total dos impostos diferidos, Imposto de renda e contribuição social do exercício.

continua...

...continuação

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	R\$ mil		Realização/ baixa	R\$ mil Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Constituição		
Provisão sobre valores a ressarcir	54.327	603	(1.156)	53.774
Provisões fiscais	36.468	2.431	(16)	38.883
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.524	73	(9)	10.588
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	7.268	144	(1.557)	5.855
Provisões civis	6.315	510	-	6.825
Provisões trabalhistas	843	59	(619)	283
Outros valores	11.931	870	-	12.801
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias ..	127.676	4.690	(3.357)	129.009
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	42	-	42
Total dos créditos tributários (Nota 8b) (1)	127.676	4.732	(3.357)	129.051
Obrigações fiscais diferidas (Notas 12a e 21e)	33.770	6.174	-	39.944
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	93.906	(1.442)	(3.357)	89.107

(1) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 (Nota 3g).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	7.221	4.213	11.434
2020	14.084	7.842	21.926
2021	7.090	4.133	11.223
2022	5.634	3.313	8.947
2023	49.841	25.638	75.479
Total	83.870	45.139	129.009

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 117.952 mil (2017 - R\$ 118.597 mil).

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 39.944 mil (2017 - R\$ 33.770 mil) relativas a: Superveniência de depreciação R\$ 174 mil (2017 - R\$ 674 mil), ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 5 mil (2017 - R\$ 3 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 39.765 mil (2017 - R\$ 33.093 mil).

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A Diretoria

Sílvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5 S - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.
Salvador - Bahia**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 18 de março de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2Serviços Gráficos:
71 3116-2837/2838Certificação Digital:
71 3116-2137